



## MERCADOS



## Bovespa termina na mínima do dia, a 127,6 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) acentuou perdas ao longo da tarde, com a piora observada nas ações de grandes bancos (Itaú PN -2,45%, Bradesco ON -3,24%, Santander Unit -3,35%, BB ON -1,75%), que no dia anterior haviam conferido equilíbrio ao índice, então em alta de 0,69% no fechamento.

Da mesma forma, e com sinal trocado, Vale ON, o principal papel do Ibovespa (Índice Bovespa), que terça-feira havia cedido 1,27%, ontem subiu 1,22%, em contraponto ao ajuste negativo no setor financeiro, o de maior ponderação no Ibovespa.

Na B3, o Ibovespa fechou na mínima do dia, em baixa de 1,73%, aos 127.668,61 pontos, em ajuste de 2.254 pontos em relação ao fechamento anterior, que o coloca agora não muito acima do patamar de encerramento de 21 de novembro, então aos 126,9 mil, que havia sido o mais baixo desde 6 de agosto. Foi também a maior perda diária para o índice da B3 desde 7 de junho,

então também em baixa de 1,73% naquela sessão. O giro financeiro desta quarta-feira foi a R\$ 26,7 bilhões. Na semana, o Ibovespa cai 1,13% e, no mês, cede 1,58% - no ano, recua 4,86%.

Na ponta perdedora na sessão, destaque para Magazine Luiza (-9,4%), LWSA (-9,13%) e Azzas (-7,21%). No lado oposto, além de Vale, apareceram Natura (+3,06%), Marfrig (+2,46%), Usiminas (+1,92%) e Bradespar (+1,3%). Entre as ações de maior peso, Petrobras fechou o dia em sinal único, com a ON em baixa de 0,33% e a PN, de 0,36%. Na máxima desta quarta-feira, o Ibovespa foi aos 130.282,83, saindo de abertura aos 129.922,69 pontos.

## DÓLAR

O dólar à vista disparou ao longo da tarde e encerrou a sessão de ontem, acima da linha de R\$ 5,91, no maior nível nominal da história do real. No fim da sessão, a moeda avançava 1,81%, cotada a R\$ 5,9135, o maior nível nominal de fechamento da história do real, acima de R\$ 5,9008 em 13 de maio de 2020.

## ABIMAQ 2024

## Importação no setor sobe 10,4%; 2º maior volume da história

DANIEL TOZZI MENDES/AE

A diretora de Competitividade, Economia e Estatística da associação de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), Cristina Zanella, chamou a atenção há pouco para o aumento das importações no setor neste ano.

De acordo com ela, o volume importado entre janeiro e outubro de 2024 representa uma alta de 10,4% em relação ao ano anterior. Trata-se do segundo maior nível da série histórica, atrás apenas do desempenho de 2013.

Ela atenta, porém, que, onze anos atrás, esse aumento das importações acompanhava, também, um maior volume de investimentos no País. No cenário atual, contudo, as importações têm crescido sem que a taxa de investimento esteja próxima daquela observada em 2013. "Em 2013 também tivemos um crescimento do PIB na casa de 3%, mas investimentos da ordem de 21% do PIB, que era uma das maiores taxas da história. Hoje o investimento está na casa de 16%, 17%, bastante abaixo da necessidade do País", detalhou ela, durante entrevista coletiva de apresentação de dados da Abimaq em outubro.

Com isso, diz Zanella, a participação das importações em relação ao tamanho total do setor é bem maior agora, e por isso há preocupação com a perda de protagonismo do conteúdo nacional.

"O consumo aparente em 2013 era da ordem de R\$ 481 bilhões, com as importações representando cerca de 30% disso. Hoje, temos um consumo de R\$ 305 bilhões, dos quais 45% é bem importado. Houve um crescimento muito forte da par-

ticipação dos importados", frisou. Para ela, questões como a diminuição do juro e do "custo País" são os principais gargalos para serem resolvidos, no sentido da retomada do protagonismo da indústria nacional.

Só em outubro, as importações cresceram 6,1% na margem e 32,4% em relação ao mesmo mês de 2023.

## MÁQUINAS AGRÍCOLAS

Ao comentar o crescimento das importações de máquinas agrícolas, o presidente da Câmara Setorial de Máquinas e Implementos Agrícolas da Abimaq, Pedro Estevão, citou o avanço da produção chinesa sobre o País. Ele disse que a participação de máquinas e equipamentos agrícolas do país asiático no Brasil aumentou cerca de 40% no último ano. O total de máquinas agrícolas chinesas, contudo, representa apenas cerca de 1,4% do mercado nacional, segundo ele.

Embora reconheça que a China é sempre um mercado extremamente competitivo, ele destacou que esse avanço, por ora, ainda não preocupa, porque o país asiático não possui fábricas do setor instaladas por aqui e não oferece um apoio "pós-venda" aos consumidores. "Porque não dá para vender máquinas aqui, sem ter pontos de pós-venda, pontos de revenda ou de peças de reposição", disse.

"E sem fábricas por aqui, você tem uma barreira muito grande que é a questão do conteúdo local. No financiamento do plano Safra, por exemplo, você precisa ter conteúdo local. Com máquinas importadas você não consegue acessar o plano safra", reforçou.

## CORTE DE GASTOS

# Pacote fiscal prevê economia de R\$ 70 bilhões em dois anos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

Com a promessa de economizar R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciou na noite de ontem as linhas gerais do pacote de corte de gastos obrigatórios que será detalhado hoje. O ministro anunciou mudanças no abono salarial, na previdência dos militares, nas emendas parlamentares e indicou que as regras de reajuste do salário mínimo poderão mudar.

Haddad (foto) também anunciou o reforço no pente-fino de privilégios.

"Para garantir que as políticas públicas cheguem a quem realmente necessita, vamos aperfeiçoar os mecanismos de controle, que foram desmontados no período anterior. Fraudes e distorções atrasam o atendimento a quem mais precisa", declarou o ministro em pronunciamento em cadeia nacional de rádio e televisão, que durou quase oito minutos.

## MILITARES

Em relação à previdência dos militares, o ministro anunciou o aumento da idade mínima para a reserva e mais rigor nas regras de pensões.

"Para as aposentadorias militares, nós vamos promover mais igualdade, com a instituição de uma idade mínima para a reserva e a limitação de transferência de pensões, além de outros ajustes. São mudanças justas e necessárias", disse Haddad.

O ministro não confirmou se a proposta prevê a introdução de idade mínima de 55 anos e a proibição de pagamento de pensões nos casos de morte ficta, quando o militar é expulso das Forças Armadas, mas até agora é considerado como mor-



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

to pela legislação. Na semana passada, Haddad tinha dito que as mudanças na previdência dos militares gerariam economia de R\$ 2 bilhões por ano.

## SALÁRIO MÍNIMO

Sobre o abono salarial, que equivale a uma espécie de 14º salário para quem ganha até dois salários mínimos por ano com carteira assinada, Haddad disse que o valor máximo do benefício será mantido em R\$ 2.640 (atualmente dois salários mínimos). O abono, no entanto, passará a ser corrigido pela inflação daqui para a frente, em vez de subir acima da inflação, como ocorre com o salário mínimo.

Com o reajuste seguindo apenas a inflação, o valor do abono salarial cairá abaixo de dois salários mínimos ao longo dos anos. "Esse valor será corrigido pela inflação nos próximos anos e se tornará permanente quando corresponder a um salário mínimo e meio", declarou o ministro.

O ministro indicou que a regra de reajuste do salário mínimo sofrerá mudanças para se adaptar ao teto de crescimento de gastos do arcabouço fiscal, que limita a expansão dos gastos públicos a 2,5% acima da inflação. "Já devolvemos ao trabalhador e à trabalhadora o ganho real no salário mínimo. Esse direito, esque-

cido pelo governo anterior, retornou com o presidente Lula. E com as novas regras propostas, o salário mínimo continuará subindo acima da inflação, de forma sustentável e dentro da nova regra fiscal", afirmou.

Atualmente, o salário mínimo é corrigido pela inflação do ano anterior pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) mais o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de dois anos antes. Com a mudança, haverá um teto que limitará o crescimento do PIB a 2,5% acima da inflação.

## SUPERSALÁRIOS

Haddad também mencionou a intenção de limitar os supersalários no serviço público ao corrigir brechas na legislação que permitem o pagamento acima do teto.

"As medidas também combatem privilégios incompatíveis com o princípio da igualdade. Vamos corrigir excessos e garantir que todos os agentes públicos estejam sujeitos ao teto constitucional", disse.

Sobre as emendas parlamentares, Haddad disse que o governo, com o Supremo Tribunal Federal e o Congresso, aprimoraram as regras do Orçamento. "O montante global das emendas parlamentares crescerá abaixo do limite das regras fiscais. Além disso, 50% das emendas das co-

missões do Congresso passarão a ir obrigatoriamente para a saúde pública, reforçando o SUS [Sistema Único de Saúde]", declarou.

## ESTIMATIVA

Segundo Haddad, as medidas resultarão em economia de R\$ 70 bilhões em gastos obrigatórios até 2026, permitindo que as despesas do governo se enquadrem dentro do arcabouço fiscal.

O ministro anunciou que, caso o governo registre déficit primário, despesas maiores que as receitas sem os juros da dívida pública, ficará proibida a criação, ampliação ou prorrogação de benefícios tributários.

"Essas medidas que mencionarei vão gerar uma economia de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos e consolidam o compromisso deste governo com a sustentabilidade fiscal do país", declarou.

Para o ministro da Fazenda, a aprovação do pacote será importante para reduzir a inflação e baixar os juros no futuro. De acordo com ele, o governo elaborou a proposta de modo a que quem ganhe mais contribua mais. Em tese, o pacote envolve o envio de uma proposta de emenda à Constituição (PEC), de um projeto de lei complementar e de substitutivos a projetos de lei que tramitam no Congresso.

"Combater a inflação, reduzir o custo da dívida pública e ter juros mais baixos é parte central de nosso olhar humanista sobre a economia. O Brasil de hoje não é mais o Brasil que fechava os olhos para as desigualdades e para as dificuldades da nossa gente. Quem ganha mais deve contribuir mais, permitindo que possamos investir em áreas que transformam a vida das pessoas", concluiu Haddad.

## EMPREGO

## Caged registra criação de 132,7 mil postos de trabalho em outubro

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

A criação de emprego formal caiu em outubro. Segundo dados divulgados pelo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, 132.714 postos de trabalho com carteira assinada foram abertos no último mês. O indicador mede a diferença entre contratações e demissões.

Em relação aos meses de outubro, o volume é o menor desde 2020, quando se iniciou a metodologia atual do Caged. A geração de empregos caiu 30,3% em relação ao mesmo mês do ano passado. Em outubro de 2023, tinham sido criados 190.366 postos de trabalho, nos dados com ajuste, que consideram declarações entregues em atraso pelos empregadores.

Em entrevista coletiva, o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, disse que os juros altos contribuíram para a desaceleração na abertura de vagas.

"Espero que a transição do Banco Central venha a ajudar isso no tempo. Creio que o Banco Central não foi colaborativo

nesse período de analisar completamente os indicadores macroeconômicos e ajudar nas decisões para a gente não perder o ritmo de crescimento. Houve uma desaceleração [na criação de empregos]", disse o ministro.

## SALDO ACUMULADO

Nos dez primeiros meses do ano, foram abertas 2.117.473 vagas. Esse resultado é 18,6% mais alto que no mesmo período do ano passado. A comparação considera os dados com ajustes, quando o Ministério do Trabalho registra declarações entregues fora do prazo pelos empregadores e retifica os dados de meses anteriores.

O resultado acumulado é o maior desde 2022, quando tinham sido criados 2.341.665 postos de trabalho de janeiro a outubro. A mudança da metodologia do Caged não torna possível a comparação com anos anteriores a 2020.

## SETORES

Na divisão por ramos de atividade, três dos cinco setores pesquisados criaram empregos formais em outubro. A estatística foi liderada pelos serviços, com

a abertura de 71.217 postos, seguidos pelo comércio, com 44.297 postos a mais. Em terceiro lugar, vem pela indústria (de transformação, de extração e de outros tipos), com a criação de 23.729 postos de trabalho.

O nível de emprego diminuiu na construção civil, com o fechamento de 767 postos. Com a pressão pelo fim da safra de vários produtos, a agropecuária eliminou 5.757 vagas no mês passado.

## DESTAQUES

Nos serviços, a criação de empregos foi puxada pelo segmento de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas, com a abertura de 41.646 postos formais. A categoria de administração pública, defesa e seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais abriu 10.698 vagas.

Na indústria, o destaque positivo ficou com a indústria de transformação, que contratou 23.800 trabalhadores a mais do que demitiu. Em segundo lugar, ficou o segmento de eletricidade e gás, que abriu 124 vagas.

As estatísticas do Caged apre-

sentadas a partir 2020 não detalham as contratações e demissões por segmentos do comércio. A série histórica anterior separava os dados do comércio atacadista e varejista.

## REGIÕES

Todas as cinco regiões brasileiras criaram empregos com carteira assinada em outubro. O Sudeste liderou a abertura de vagas, com 65.458 postos a mais, seguido pelo Sul, com 34.372 postos. Em seguida, vem o Nordeste, com 18.345 postos. O Norte abriu 7.349 postos de trabalho, e o Centro-Oeste criou 4.457 vagas formais no mês passado, tendo o menor desempenho por causa do fim da safra.

Na divisão por unidades da Federação, 24 das 27 registraram saldo positivo. Os destaques na criação de empregos foram São Paulo (+47.255 postos); Rio Grande do Sul (+14.115), em recuperação após as fortes enchentes que atingiram o estado; e Rio de Janeiro (+10.731). Os três estados que fecharam vagas foram Bahia (-579 postos), Mato Grosso (-172) e Goiás (-45).

Diário do  
**Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899

## Administração - Redação

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

redacaodiariodoacionista@gmail.com

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALISTAS



ACESSE NOSSO SITE

## CNC

# Lojistas estão mais confiantes com vendas de fim de ano

MARIANA TOKARNIA/ABRASIL

Lojistas estão confiantes em relação às vendas neste fim de ano, segundo a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Para ela, o otimismo em relação aos próximos meses está motivando comerciantes a investirem mais na contratação de funcionários temporários.

O cenário é medido pelo Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec). Em novembro, ele alcançou 113,5 pontos, o que representa um aumento de 1,4% em relação a outubro e um avanço de 2,9% na comparação com novembro de 2023.

Após cinco meses de queda, o Icec teve um aumento em outo-

bro de 0,1%. Em novembro, registrou-se a segunda alta consecutiva do índice.

"Final de ano sempre é um momento de perspectiva elevada para esse empresário, em razão da *Black Friday* e o Natal, datas muito intensas de venda no varejo brasileiro", diz o economista-chefe da CNC, Felipe Tavares.

Os indicadores mostram que o aumento da confiança entre os empresários do comércio em novembro foi impulsionado especialmente por supermercados, farmácias e cosméticos, que apresentaram crescimento de 2,3%. Setores como vestuário, tecidos e calçados também acusaram avanço (1,2%), impulsionado pela alta demanda de fim de ano.

O segmento de bens duráveis

foi o único a apresentar queda (-0,3%), segundo a CNC, por conta da vulnerabilidade desses produtos de maior valor em relação às taxas de juros elevadas no país.

## CONTRATAÇÕES

Em relação à contratação de funcionários temporários, esse item alcançou 131,3 pontos, o maior nível desde dezembro de 2022. Supermercados, farmácias e lojas de cosméticos lideraram as contratações para o fim de ano. Por outro lado, o segmento de bens duráveis deve reduzir as contratações nos próximos meses.

Ainda segundo a CNC, o destaque positivo do mês foi o aumento da confiança nas expectativas econômicas, que

cresceu 4,4% em relação ao mês anterior, atingindo 134,4 pontos, o maior nível desde outubro de 2023.

Para a CNC, mesmo em um cenário econômico desafiador, com pressões inflacionárias e altas taxas de juros, o comércio demonstra sinais de recuperação.

O Icec é um indicador mensal apurado entre os tomadores de decisão das empresas de varejo para detectar as tendências das ações do setor do ponto de vista do empresário. A amostra é composta por aproximadamente seis mil empresas de todas as capitais do país. O Icec avalia as condições atuais, as expectativas de curto prazo e as intenções de investimento dos negócios do comércio.

## RECURSOS

# Lula sanciona lei que autoriza R\$ 500 mi para agricultura familiar

LUIZ CLAUDIO FERREIRA/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, ontem, a lei que autoriza o governo a aumentar a participação em até R\$ 500 milhões no Fundo Garantidor de Operações (FGO) no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

O objetivo da Lei 7.750/2024 é reforçar as garantias de acesso de financiamento para os agricultores. Uma cerimônia no Palácio do Planalto celebrou a nova legislação que pode beneficiar trabalhadores do campo em todo o país.

## ALIMENTAÇÃO

Na assinatura da lei, o ministro Paulo Teixeira, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, enfatizou que o investimento será importante também para incentivar a alimentação saudável ao beneficiar a agricultura ecológica e orgânica por linha de crédito do Pronaf.

Teixeira citou que houve aumento do financiamento para a produção de itens como feijão (176%), cebola (56%),

batata (24%), laranja (28%) e açaí (226%).

## ALTA

O governo defende que agricultura familiar é uma prioridade de investimento. No Plano Safra da Agricultura Familiar 2023-2024, foram destinados R\$ 71,6 bilhões ao Pronaf, que foi 34% superior ao ano anterior e o maior da série histórica, conforme foi divulgado em julho.

Na safra 2022/2023, ainda segundo o governo, foram realizados 1,4 milhão de contratos de crédito pelo Pronaf. A quantidade foi maior na safra entre julho 2023 e junho de 2024, com 1,6 milhão de operações (aumento de 16,2%).

Também houve ampliação nos valores contratados por agricultores e produtores rurais familiares. Em 2022/2023, foram R\$ 53,2 bilhões. Já em 2023/2024, o montante contratado por meio do Pronaf foi de R\$ 59,6 bilhões, 12,1% a mais.

Criado em 1996, o Pronaf tem a finalidade promover o desenvolvimento sustentável do meio rural com ações para implementar o aumento da capacidade produtiva, e a geração de empregos e renda.

## ATÉ 2026

# Governo lança plano de R\$ 20 bi em investimentos para portos

LUIZ ARAÚJO/AE

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) lançou ontem, um plano estratégico para o setor portuário com previsão de R\$ 20 bilhões em investimentos até 2026. O pacote inclui uma carteira com 55 empreendimentos, entre arrendamentos e concessões, além de uma cartilha de financiamento para projetos do setor.

"Isto garante mais investimentos e promove a modernização e eficiência de nossos portos, ampliando a competitividade da produção nacional e promovendo o desenvolvimento econômico e social do país", afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Sílvio Costa Filho.

Para o primeiro trimestre de 2025, o MPor anunciou que deverão ser leiloadas áreas estratégicas dos portos de Paranaguá (PR), Santos (SP) e Rio de Janeiro (RJ).

"Estamos trabalhando ao lado da Antaq (Agência Nacional de Transporte Aquaviário) para acelerar essa carteira de leilões dos próximos anos. Sabemos que depois da Lei dos Portos, conseguimos avançar em investimentos no setor. Esperamos, agora em 2024 e em 2025, fazer grandes leilões para podermos prover fortes investimentos no setor portuário", disse Costa Filho.

A avaliação do secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, é de que o Brasil está avançando "a

passos largos" no desenvolvimento e investimentos do setor. "Em 2023, foram dez leilões em duas sessões, e vamos encerrar o ano de 2024 de forma positiva, no dia 18 de dezembro, fazendo o nosso último bloco deste ano, o maior leilão da área, na ITG02, com mais de R\$ 3,5 bilhões de Capex."

## INCENTIVOS

Na apresentação da carteira de projetos, a secretária executiva do MPor, Mariana Pescatori, defendeu a importância das linhas de financiamento para investimentos e citou o Fundo da Marinha Mercante (FMM), que deve destinar 30% para o setor portuário e que vai priorizar o se-

tor de navegação, os "navios verdes" e as empresas que trabalham com foco na equidade de gênero.

"Temos também as debêntures, que o Ministério trabalhou bastante para fazer a portaria de regulamentação e, com isso, estamos reduzindo em três meses a autorização para emissão de títulos para o setor o que, sem dúvida, vai trazer mais investimentos para a área", afirmou Pescatori.

O diretor-geral da Antaq, Eduardo Nery, destacou no evento a importância do trabalho conjunto entre o ministério e a reguladora. "O arrendamento dos terminais portuários exige um trabalho integrado, realizado a muitas mãos", disse.

## SOLUÇÃO CONSENSUAL

# TCU aprova acordo entre Anatel e Vivo

RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou ontem, o acordo de solução consensual entre a Vivo e a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), prevendo ajustes.

Como condição, a Corte pede a apresentação de justificativas, por parte da Anatel e do Ministério das Comunicações, sobre seleção de cada município ou localidade beneficiada com os investimentos em *backhaul* (ligação) de fibra óptica e/ou voltados ao chamado serviço móvel pessoal (SMP).

Outra previsão é o ajuste

nos compromissos de investimento em *backhaul* com vistas a incrementar o percentual de investimentos direcionados à Região Norte", diz o acórdão.

Em 2021, a empresa deu início a procedimento arbitral contra a agência reguladora, questionando decisões que indeferiram solicitações relacionadas aos seus contratos de concessão. As reivindicações da empresa incluíram, por exemplo, o pagamento de valores para recompor o equilíbrio econômico-financeiro e a indenização por ausência de preservação da sustentabilidade econômica da concessão.

## BOICOTE A CARNE

# Senado vai convidar CEO do Carrefour e embaixador para audiência em comissão

ISADORA DUARTE/AE

A Comissão de Relações Exteriores do Senado vai convidar o CEO do Carrefour na França, Alexandre Bompard, o diretor presidente do Grupo Carrefour Brasil, Stéphane Maquaire, e o embaixador da França, Emmanuel Lenain, para explicações sobre o posicionamento da França quanto ao acordo entre União Europeia (UE) e Mercosul e as declarações recentes do CEO do Carrefour.

Os requerimentos, de autoria dos senadores Wellington Fagundes (PL-MT) e Tereza Cristina (PP-MS), foram aprovados na sessão desta quarta-feira. Ainda não há data marcada para a audiência. Os convites integram a ofensiva do

Congresso contra o veto do Carrefour na França às carnes do Mercosul, incluindo a brasileira.

O movimento é uma reação à declaração do CEO global do Carrefour, Alexandre Bompard, que há uma semana comunicou em suas redes que a varejista se comprometeria a não comercializar carnes provenientes do Mercosul na França, independentemente dos "preços e quantidades de carne que esses países possam oferecer", sugerindo ainda que os produtos não atendiam as qualificações do mercado francês. O governo brasileiro repudiou as falas, com várias declarações contrárias do Ministério da Agricultura e do Itamaraty, e pediu uma retratação pública de Bompard, o que ocor-

reu ontem com o envio de uma carta do executivo francês ao ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. Alguns parlamentares, sobretudo da bancada do agronegócio, classificaram a carta de Bompard como fraca e ainda cobram explicações do grupo francês.

A ex-ministra da Agricultura e senadora Tereza Cristina (PP-MS) defendeu que é preciso ouvir o posicionamento da França sobre as declarações que colocam em xeque a qualidade da carne brasileira e o seu atendimento a padrões internacionais para que ele esclareça o posicionamento da República da França. "Isso é inverdade, porque o Brasil exporta para mais de 160 países no mundo e é signatário de diversos protocolos sanitários. Se a

França não quer entrar no acordo entre Mercosul e União Europeia (UE), o Brasil não tem nada com isso. É um problema dos franceses, agora não admitiremos colocar uma imagem falsa sobre produtos brasileiros", afirmou Tereza Cristina. Para a senadora, o pedido de desculpas de Bompard foi "pífio" e a crise escalou nos últimos dias com outros supermercadistas franceses aderindo às declarações do CEO da Tereos.

"Não podemos admitir essa falta de respeito com o Brasil e com os produtos brasileiros. A medida foi contra o Mercosul, mas o foco é o Brasil, a ponto de ontem ter tido uma reunião no Parlamento francês na qual deputados falaram que os produtos brasileiros são lixo."

**CEFET/RJ** GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSON SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico nº 90080/2024

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO PREDIAL, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DO CEFET/RJ UNED ITAGUAÍ, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS.

**NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.004980/2024-66

**ENTREGA DAS PROPOSTAS:** A partir de 28/11/2024 às 8h (Horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Em 11/12/2024 às 11h (Horário de Brasília) no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**RETIRADA DE EDITAL:** O Edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal - [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

Itaguaí, 28 de novembro de 2024.  
Luís Philippe da Silva Inglat  
PREGOIRO

**CEFET/RJ** GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSON SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico nº 90.078/2024 - UASG 153010

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DESTINADOS À FÁBRICA DE APRENDIZAGEM DO CEFET/RJ UNIDADE MARACANÃ.

**NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.004652/2024-80

**TOTAL DE ITENS LICITADOS:** 07 (SETE)

**EDITAL:** 28/11/2024 das 8h às 17h59. Endereço: Av. Maracanã nº. 229, Maracanã - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**Entrega das Propostas:** a partir de 28/11/2024 às 8h no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**Abertura das Propostas:** 10/12/2024 às 10h no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**Informações Gerais:** Em caso de divergência entre as especificações oriundas do código catmat/catser (constantes no portal de compras governamentais e na nota de empenho pela não possibilidade de edição das informações) e do edital e seus anexos, este último sempre prevalecerá. Portanto, o fornecedor estará vinculado à sua proposta, que por sua vez deverá atender os critérios técnicos e de especificação estabelecidos no edital, termo de referência e demais anexos.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2024  
Luana Carrilho Costa  
Pregoeira

**YNV SOLUÇÕES MULTIMODAIS LTDA**  
CNPJ nº 46.961.303/0002-52 - NIRE nº 33901619733  
Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro Presidência

**EDITAL**  
**YNV SOLUÇÕES MULTIMODAIS LTDA**, com sede à Avenida Doutor Francisco Lessa Junior, 1900, Sala 15, pavimento 1, Jardim Residencial Doutor Lessa - Pindamonhangaba, São Paulo, CEP 12422-531, NIRE 35239412507, e unidade armazenadora à Rua Coronel Henrique Nora Júnior, 2000, Cantão - Barra do Pirai, Rio de Janeiro, CEP: 27150-220, NIRE 33901619733, representada pela Sr.ª Natália Machado Felício de Oliveira, CPF: 325.619.988-78, que assinou, através de seu procurador Marcel André Carrilho Jardim, CPF 271.006.788-97, em 12/11/2024, o Termo de Responsabilidade de Fiel Depositário conforme processo JUCERJA 2024/00743836-6 e SEI-220005/002505/2024, está habilitada a funcionar como Armazém Geral de acordo com o art. 1º, § 2º do Decreto Federal nº 1.102, de 21.11.1903, conforme "Documento de Armazéns Gerais" registrado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 00006486509, em 07/10/2024. Sérgio Tavares Romay - Presidente JUCERJA - Id. Funcional 5012208-8. Documento assinado eletronicamente por Sérgio Tavares Romay, Presidente, em 22/11/2024, às 16:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos arts. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022. A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.rj.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=6](http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6), informando o código verificador 87504214 e o código CRC B2E5BA3F. Referência: Processo nº SEI-220005/002505/2024, SEI nº 87504214 Av. Rio Branco 10, 13º andar - Bairro Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20090-000, Telefone: 2334-5430.

**CEFET/RJ** GOVERNO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

**CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA  
CELSON SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ**

**AVISO DE LICITAÇÃO**  
Pregão Eletrônico nº 90.075/2024 - UASG 153010

**OBJETO:** AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA PROJETO PEDAGÓGICO DO CEFET/RJ.

**NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.007864/2023-18

**TOTAL DE ITENS LICITADOS:** 1 (UM)

**EDITAL:** 28/11/2024 das 8h às 12h e das 13h às 17h59. Endereço: Av. Maracanã nº 229, Maracanã - Rio de Janeiro/RJ ou <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

**Entrega das Propostas:** a partir de 28/11/2024 às 8h no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**Abertura das Propostas:** 11/12/2024 às 10h no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

**Informações Gerais:** Em caso de divergência entre as especificações oriundas do código catmat/catser (constantes no portal de compras governamentais e na nota de empenho pela não possibilidade de edição das informações) e do edital e seus anexos, este último sempre prevalecerá. Portanto, o fornecedor estará vinculado à sua proposta, que por sua vez deverá atender os critérios técnicos e de especificação estabelecidos no edital, termo de referência e demais anexos.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 2024  
Igor Fellipe Boroto Thomaz do Carmo  
Pregoeiro

## ANEEL

## Enel entregou plano de ação por apagão há uma semana

LUIZ ARAÚJO/AE

O diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Sandoval Feitosa, informou que a agência recebeu, no dia 21 deste mês, o plano de ação apresentado pela Enel SP no processo de fiscalização sobre o apagão que atingiu São Paulo em outubro.

Agora, afirmou, o plano está sob análise da relatora, diretora Agnes Costa. "Cabe à diretora apreciar o plano de ação e decidir se submete a rejeição ou aprovação à diretoria", disse Sandoval a jornalistas.

Se a posição final foi pela rejeição do plano, a Aneel encaminhará a orientação de caducidade do contrato para o Ministério de Minas e Energia (MME). "Ou, em caso contrário, se recepciona o plano de recuperação e acompanha a execução", explicou Sandoval.

O diretor disse que não há atrasos no processo. "Estamos seguindo estritamente o cronograma e etapas, sem ultrapassar nenhuma dessas etapas, porque elas são definidas em lei."

## PROPINA DE R\$ 20 MI

# Fiscais da máfia do ICMS são condenados a 16 anos

RAYSSA MOTTA  
E FAUSTO MACEDO/AE

A Justiça de São Paulo condenou os agentes fiscais de Renda Eduardo Takeo Komaki e José Roberto Fernandes, da Receita estadual, em um processo aberto a partir das investigações da Operação Zinabre, desdobramento da máfia do ICMS. Eles foram sentenciados a 16 anos de reclusão cada.

Ficou definido que o regime inicial de prisão é o fechado. O cumprimento da pena não é automático. Como a decisão é da primeira instância, eles podem recorrer em liberdade. O Estádão busca contato com as defesas.

Os fiscais foram denunciados pelos crimes de extorsão tributária, associação criminosa e lavagem de dinheiro. A denúncia foi oferecida em

2018 pelo Ministério Público de São Paulo. Eles chegaram a ser presos preventivamente no inquérito.

Os advogados Daniel Sahagoff e Fábio Augusto Riberi Lobo, o economista Eduardo Pires Valdívia e o doleiro Francisco Maurício da Silva também foram condenados.

Veja as penas impostas aos réus:

- Eduardo Takeo Komaki: 16 anos de reclusão;

- José Roberto Fernandes: 16 anos de reclusão;

- Daniel Sahagoff: 15 anos de reclusão;

- Fábio Augusto Riberi Lobo: 7 anos de reclusão;

- Eduardo Pires Valdívia: 6 anos de reclusão;

- Francisco Maurício da Silva: 7 anos de reclusão.

O Ministério Público de São Paulo afirma na denúncia que

## BOQUINHA PARA MILICO

# STF libera, mas escolas cívico-militares de SP ficam para 2026

A implementação das escolas cívico-militar em São Paulo segue adiada para 2026, mesmo após a liberação do Supremo Tribunal Federal (STF). Na terça-feira passada, o ministro Gilmar Mendes derrubou a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) que impedia o avanço da proposta no Estado.

Ontem, por meio de nota, a gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) confirmou a informação, e disse que a consulta pública nas 300 escolas que mostraram interesse será retomada no próximo ano.

"A partir da decisão de terça-feira do STF, a consulta pública nas 300 escolas que mostraram interesse pela adoção do modelo cívico-militar vai ser retomada em 2025. O obje-

tivo é que a implementação aconteça no ano letivo de 2026. A consulta pública integra as ações estabelecidas pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (Seduc-SP) para a discussão e o esclarecimento de dúvidas das comunidades escolares interessadas no formato", diz o texto.

Em agosto, o Tribunal de Justiça (TJ-SP) tinha suspenso o programa até que o Supremo Tribunal Federal (STF) julgasse o tema em definitivo. À época, o TJ aceitou o argumento da Apeoesp, maior sindicato de professores da rede estadual. A entidade alega que questões relativas a essa modalidade de ensino são de competência federal.

Meses antes, em junho, o

os agentes extorquiram uma empresa de esmaltados com o pretexto de fiscalizar o recolhimento do ICMS, que incide na importação do cobre.

Segundo a denúncia, eles exigiram, em 2008, pagamento de R\$ 5 milhões a título de propina. Em 2010, a exigência teria subido para R\$ 15 milhões. A investigação apontou que o dinheiro foi entregue em espécie em um flat em Barueri, na região metropolitana de São Paulo.

O MP afirma que houve, ainda, uma terceira tentativa de extorsão, em 2011, mas a empresa, para escapar dos fiscais, deixou de industrializar seus produtos no Estado de São Paulo, transferindo a produção para Santa Catarina.

A Justiça de São Paulo também decretou a perda de bens e valores apreendidos dos acusados, por serem "fruto dos ilícitos penais cometidos", segundo a

sentença.

O Ministério Público pediu, além da pena de prisão, a condenação ao pagamento de uma multa por dano moral coletivo, o que foi negado pela Justiça de São Paulo.

"Deixo de condenar os réus à indenização por dano moral coletivo, nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal, eis que não houve pedido indicando valor na exordial acusatória ou nas alegações finais, não estabelecido, assim, o devido processo legal e contraditório especificamente com relação a eventuais valores à título de indenização, os quais deverão ser especificados no Juízo Cível, observando, ainda, a existência de instrumentos adequados para tal fim, a exemplo das tutelas coletivas com fulcro nas leis de improbidade, ação civil pública e lei anticorrupção", diz a sentença.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**  
CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONÔGICO DA 3ª SÉRIE (TRIGÉSIMA NONA) EMISSÃO, DA 1ª E 2ª SÉRIES, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio, da 1ª e 2ª Sérias, da 3ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRA", "CRA", "Emissão" e "Securitizedora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o Termo de Securitizedora de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª e 2ª Sérias da 3ª (Trigésima Nona) Emissão da Canal Companhia de Securitizedora, Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio Devidos por Marcos Augusto Pereira Vale. ("Termo de Securitizedora"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRA ("Assembleia Especial"), em 1ª (primeira) convocação, a realizar-se no dia 17 de dezembro de 2024, às 15:00 horas, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A Assembleia Especial será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação dos Titulares dos CRA, conforme previsto neste edital. A Assembleia Especial será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Não decretação de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, (iv) da Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira ("CPR-F"), em face do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as demonstrações financeiras anuais dos Avalistas Pessoa Jurídica referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, conforme previsto na cláusula 10.2, (x), (a), da CPR-F; (ii) Não decretação de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, (ix), (a) da CPR-F; em face do descumprimento da obrigação não pecuniária de manter vigente todas as apólices de seguro prestamista ou de qualquer outro seguro contratado em vinculação com a Oferta, conforme previsto na cláusula 10.2, (x), (a), da CPR-F; (iii) Não decretação de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 7.2, (i) da CPR-F; em face do descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar um laudo de avaliação dos Imóveis, que será atualizado de forma anual, conforme previsto na cláusula 2.3.3 do Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóvel"); (iv) Caso sejam aprovados os itens (i), (ii) e (iii) acima, conceder prazo adicional até 31 de dezembro 2024, prorrogáveis por mais 30 dias, para que sejam regularizadas as referidas obrigações; (v) Aprovar ou não a utilização de recursos do Fundo de Reserva, no montante equivalente a R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais), para que seja recomposto o Fundo de Despesas, desequilibrado no mês de setembro de 2024; (vi) Caso aprovado o item (v) acima, aprovar ou não, de forma permanente, a transferência de valores excedentes ao Valor Mínimo do Fundo de Reserva para o Fundo de Despesas; e (vii) Autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários, bem como celebrarem todos os documentos essenciais à efetivação da deliberação. Instruções Gerais: A Assembleia Especial será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitantes que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da Assembleia Especial para e-mail [fiduciario@canal.com.br](mailto:fiduciario@canal.com.br) com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br), indicando no assunto "Documentos para Assembleia Especial-CRA MAPEVA 39", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso quaisquer dos Titulares dos CRA indicados nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na Assembleia Especial. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares dos CRA, nas páginas da Securitizedora (<https://www.canalsecuritizedora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizedora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da Assembleia Especial de Investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitizedora e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitizedora). São Paulo, 27 de novembro de 2024. Amanda Regina Martins - Diretora de Securitizedora e de Distribuição

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**  
CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

**EDITAL DE 1ª (PRIMEIRA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E 2ª SÉRIES DA 5ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO LASTREADOS EM CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS DEVIDOS PELO IME-INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO.**

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 1ª e 2ª Sérias da 5ª Emissão de da Canal Companhia de Securitizedora ("Emissora"), nos termos da Cláusula 19.3 do "Termo de Securitizedora de Créditos Imobiliários da 1ª e da 2ª Sérias da 5ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitizedora, Lastreados em Notas Comerciais Escriturais emitidas pela IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda.", conforme aditado pela última vez em 28 de agosto de 2024 ("Termo de Securitizedora"), a OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., sociedade por ações com filial situada na Cidade São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 12.901, 11º andar, conjuntos 1101 e 1102, Torre Norte, Centro Empresarial Nações Unidas (CENU), Brooklin, CEP 04.578-910, inscrita no CNPJ sob o nº 36.113.876/0004-34, a se reunirem em 18 de dezembro de 2024, às 10:00 horas, em 1ª (primeira) convocação, de modo exclusivamente digital, conforme abaixo mencionado ("Assembleia Geral"), para examinar, discutir e deliberarem sobre as seguintes matérias da ordem do dia: (i) Aprovar a emissão de uma nova série de CRI no âmbito da Operação de Securitizedora (conforme definido no Termo de Securitizedora), nos termos da Lei nº 14.430, lastreada em uma nova emissão de notas comerciais escriturais, devidas pelo IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. ("Devedor"), no valor de até R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais) ("Notas Comerciais da 3ª Emissão"), emitidas em série única, para colocação privada, de forma subscrita, de forma privada, pela Emissora e servirão de lastro para a 3ª Série dos CRI, que terá as características descritas no anexo disponível em <https://www.canalsecuritizedora.com.br/emissao23j0108650> ("CRI da 3ª Série"), a qual compartilhará as garantias dos CRI da 1ª e da 2ª Sérias, de forma que a definição de Obrigações Garantidas será aditada para incluir as obrigações previstas nas Notas Comerciais da 3ª Emissão, adicionalmente às garantias das Notas Comerciais da 1ª e da 2ª Emissão do Devedor que lastream os CRI da 1ª e 2ª Sérias que serão alteradas para prever as novas obrigações garantidas, relativas às Notas Comerciais da 3ª Emissão, será outorgada alienação fiduciária de novos imóveis, observando o Índice de Cobertura Imóveis. Os CRI da 3ª série terão características de Remuneração e o cronograma de Pagamentos conforme tabela disponível em <https://www.canalsecuritizedora.com.br/emissao23j0108650>; (ii) Caso aprovado o item (i) da Ordem do Dia, aprovar: (a) a realização da oferta pública de distribuição dos CRI da 3ª Série, pelo rito de registro automático, nos termos da Resolução da CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme em vigor ("Oferta dos CRI da 3ª Série"), sendo que o público alvo da Oferta dos CRI da 3ª Série será exclusivamente de investidores profissionais, nos termos da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme em vigor; (b) a contratação de instituição intermediária para atuar como coordenador da Oferta dos CRI da 3ª Série; e (c) aprovar a celebração dos aditamentos aos Documentos da Operação para refletir as alterações necessárias, inclusive, mas não exclusivamente, o aumento das Despesas Recorrentes, o novo cronograma de pagamentos e as novas obrigações garantidas; (iii) Caso aprovado os itens (i) e (ii) da Ordem do Dia, aprovar a alteração do cronograma de pagamentos e data de vencimento dos CRI da 1ª Série e dos CRI da 2ª Série, e, consequentemente, das Notas Comerciais da 1ª e da 2ª Emissões, conforme o cronograma de pagamentos disponível no anexo disponível em <https://www.canalsecuritizedora.com.br/emissao23j0108650>; (iv) Aprovar que o valor correspondente à Atualização Monetária dos CRI da 1ª e da 2ª Sérias e, consequentemente, das Notas Comerciais da 1ª e da 2ª Emissões do Devedor, seja pago mensalmente aos investidores dos CRI da 1ª e da 2ª Sérias. Sendo assim, a partir de janeiro de 2025, inclusive, será alterada a ordem de prioridade de pagamentos para prever o pagamento mensal dos valores correspondentes à atualização monetária dos CRI e das Notas Comerciais, a título de amortização extraordinária; (v) Aprovar que o limite do Índice Financeiro previsto na cláusula 8.1.2, (xviii), (ii) dos Termos de Emissão de Notas Comerciais Escriturais da 1ª e da 2ª Emissões, referente à razão entre Dívida Líquida/EBITDA previsto no item seja alterado para 3,25 (três inteiros e vinte centésimos); (vi) Aprovar a não decretação de Evento de Vencimento Antecipado Não Automático, nos termos da cláusula 8.1.2, subitens (ii) e (ix), do Termo de Emissão de Notas Comerciais Escriturais, com Garantias Reais, com Garantia Fiduciária Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da 1ª (Primeira) Emissão da IME - Instituto Metropolitano de Ensino Ltda. ("Termo de Emissão de Notas Comerciais"), em face do descumprimento da obrigação não pecuniária disposta na Cláusula 2.2, subitens (a), (b) e (c), do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Bens Imóveis em Garantia e Outras Avenças ("Alienação Fiduciária de Imóvel"), referente à manutenção do habite-se nos Imóveis (conforme definido nos Documentos da Operação), a obrigação de possuir os alvarás de funcionamento aplicáveis e a necessidade de possuir apólice de seguro contratada cobrindo, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor do Imóvel; (vii) Caso seja aprovado o item (vi) acima, conceder prazo adicional de 6 (seis) meses, contados da data de realização da Assembleia, para a regularização das referidas obrigações, com possibilidade de prorrogação por igual período, mediante apresentação da exigência emitida pelo cartório competente; (viii) A autorização para que a Securitizedora e o Agente Fiduciário possam praticar todos os atos, bem como firmar todos e quaisquer documentos necessários à realização, formalização e efetivação das deliberações previstas na ata. Instruções Gerais: A participação e a votação na Assembleia Geral serão realizadas à distância, por videoconferência via plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, cujo link de acesso será disponibilizado oportunamente, seguindo as disposições estabelecidas na Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), conforme em vigor. Instalar-se-á a Assembleia Geral, em primeira convocação, com a presença de qualquer número de Titulares de CRI, conforme Item 19.8 do Termo de Securitizedora. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, para o e-mail [juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br), com cópia para o Agente Fiduciário, no correio eletrônico: [f.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:f.assembleias@oliveiratrust.com.br), preferencialmente, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia Geral. A Instrução de voto deverá: (i) estar devidamente preenchida e assinada pelos Titulares dos CRI ou por seu representante legal, de forma física ou eletrônica, com ou sem certificado digital no padrão ICP-Brasil; (ii) ser enviada com a antecedência acima mencionada, e (iii) no caso de o Titular de CRI ser pessoa jurídica, ser enviada acompanhada dos instrumentos de procuração e/ou contrato ou estatuto social que comprove os respectivos poderes. Uma vez estabelecida a participação e o voto à distância durante a Assembleia Geral por meio de sistema eletrônico, em linha com o item "II" do Art. 71 da Resolução CVM 81, os votos dos Titulares de CRI presentes na Assembleia Geral serão computados mediante sua manifestação na Assembleia Geral, na plataforma Microsoft Teams. Adicionalmente, os Titulares de CRI que pretendem participar da Assembleia Geral deverão realizar o depósito dos seguintes documentos até 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia Geral: (i) quando pessoa física, documento de identidade; (ii) quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e/ou documentos que comprovem a representação do Titular de CRI; e (iii) quando for representado por procurador, procuração com poderes específicos para sua representação na Assembleia Geral, obedecidas as condições legais. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da Assembleia Geral, o instrumento de mandato pode ser emitido pelo Titular de CRI, ser encaminhado para o correio eletrônico do Agente Fiduciário [f.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:f.assembleias@oliveiratrust.com.br) e da Securitizedora ([juridico@canalsecuritizedora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizedora.com.br)). Os termos utilizados neste edital de convocação, iniciados em letras maiúsculas, que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído no Termo de Securitizedora e nos demais documentos da operação. São Paulo, 27 de novembro de 2024. Atenciosamente, CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO Vanessa Furlan Jueli Ferreira Diretora de Securitizedora

## ROTA

# MP acusa policiais da Rota de matar suspeito e forjar confronto em Santos

ÍTALO LO RE/AE

O Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP) tornou réus dois agentes da Rota (Rondas Ostensivas Tobias Aguiar), batalhão de elite da Polícia Militar, pela morte de um homem de 36 anos em fevereiro deste ano em Santos, na Baixada Santista. Trata-se da primeira acusação contra policiais que participaram da Operação Verão, incurso que deixou ao menos 56 mortes no litoral paulista.

Conforme denúncia oferecida pelo Ministério Público do Estado (MP-SP), os PMs Diogo Souza Maia e Glauco Costa teriam forjado um confronto e dificultado a captação de ima-

gens pelas câmeras corporais que usavam após matar o roupeiro Allan de Moraes Santos. O recebimento da denúncia foi noticiado primeiramente pela GloboNews e confirmado pelo Estadão.

Procurada, a Secretaria da Segurança Pública do Estado (SSP) afirmou que a ocorrência foi investigada por meio de Inquérito Policial Militar (IPM), que foi encaminhado à Justiça. Segundo a pasta, os policiais envolvidos na ocorrência estão afastados do serviço operacional até o final do processo. A reportagem não localizou a defesa dos dois agentes, mas o espaço está aberto para manifestação.

Ao todo, ao menos 84 pes-

soas foram mortas no âmbito das operações Verão e Escudo, esta última deflagrada no fim de julho do ano passado na Baixada Santista. As incursões foram desencadeadas após a morte de dois PMs da Rota: Patrick Bastos Reis, de 30 anos, e Samuel Wesley Cosmo, de 35 anos. Os agentes foram alvejados, respectivamente, em 28 de julho do ano passado e em 2 fevereiro deste ano.

Após as mortes dos agentes, a Secretaria da Segurança Pública, sob a gestão de Guilherme Derrite, instaurou ações imediatas para buscar os envolvidos, mas as ofensivas foram marcadas por relatos de abuso feitos por moradores, parentes das ví-

timas e entidades dos Direitos Humanos.

No caso da Operação Escudo, a Justiça já aceitou algumas denúncias contra policiais - em um dos casos, outros dois PMs da Rota também teriam forjado um confronto.

Agora, uma primeira denúncia, obtida pelo Estadão, também é aceita contra PMs que atuaram no âmbito da Operação Verão. O caso que resultou na acusação ocorreu por volta das 18h40 do dia 10 de fevereiro perto da Praça José Lamachia, no bairro do Bom Retiro. É a mesma região onde o policial Samuel Cosmo foi morto após ser alvejado durante patrulhamento.

## Nota

## VICE DE NUNES VAI ASSUMIR SECRETARIA QUE CUIDA DE PONTOS SENSÍVEIS DA GESTÃO

O coronel Ricardo Mello Araújo (PL), vice-prefeito eleito de São Paulo na chapa de Ricardo Nunes (MDB), assumirá a Secretaria de Projetos Estratégicos na próxima gestão. A informação foi anunciada por Nunes em coletiva de imprensa ontem. Ao Estadão, o prefeito afirmou que Edson Aparecido (MDB) seguirá no comando da Secretaria de Governo. Mello Araújo já havia declarado, em entrevista ao Estadão, interesse em atuar de maneira abrangente na administração municipal, sem se restringir a uma área específica, e lidando com as "encrencas" da gestão. Após uma conversa com o prefeito, os dois bateram o martelo sobre a pasta. "Ele aceitou (comandar Projetos Estratégicos), vai

caminhar para isso", disse Nunes, que continuou. "Nós temos uma cidade de 12 milhões de habitantes com tantos desafios. Tem pontos que você precisa acompanhar mais de perto. (A indicação para a secretaria vai servir) para ele me ajudar a cuidar de alguns pontos mais críticos da cidade e, assim, poder atuar em todas as áreas: da Segurança, do Transporte, da Educação, da Saúde, da zeladoria", completou o prefeito reeleito. Desde o início, Mello Araújo, indicado ao posto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), demonstrou resistência à ideia de comandar uma secretaria. Ele chegou a dizer que gostaria de ser "vice-prefeito", e não ficar atrelado a um tema único, como Segurança Pública ou Transportes, áreas nas quais chegou a ser cotado. A Secretaria de Projetos Estratégicos é uma saída que não prende o vice-prefeito a um só tema.

## TENTATIVA DE GOLPE

# PF: Bolsonaro sabia de carta para pressionar comandante

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

O ex-presidente da República Jair Bolsonaro foi informado de que oficiais do Exército tornariam pública uma carta endereçada ao então comandante da Força, general Marco Antônio Freire Gomes, como forma de pressionar o militar a aderir a uma tentativa de golpe de Estado, após as eleições de 2022.

Segundo a Polícia Federal (PF), um grupo de militares insatisfeitos com a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de seu vice, Geraldo Alckmin, decidiu escrever e divulgar o documento, chamado Carta ao Comandante do Exército de Oficiais Superiores da Ativa do Exército Brasileiro, como parte de uma estratégia para "provocar uma ruptura institucional" e, assim, "manter o então presidente Jair Bolsonaro no poder".

Ainda de acordo com a PF, a

análise de telefones posteriormente apreendidos com os tenentes-coronéis Sergio Ricardo Cavaliere de Medeiros; Ronald Ferreira de Araújo Júnior e Mauro Cid, então ajudante de ordens do presidente Bolsonaro, permitiu aos investigadores "identificar toda a dinâmica da confecção e divulgação" do documento, "concebido e aprimorado durante a última semana de novembro de 2022".

"As trocas de mensagens evidenciam que a confecção e disseminação da carta com teor golpista, assinada por oficiais do Exército, era de conhecimento e anuência do então presidente da República, sendo uma estratégia para incitar os militares e pressionar o Comando do Exército a aderir à ruptura institucional", concluem os investigadores no relatório que a PF entregou ao Supremo Tribunal Federal (STF) ao indiciar 37 pessoas, incluindo Bolsonaro.

No documento, os investigadores reproduzem mensagens que Cavaliere e Cid trocaram por meio de um aplicativo. Segundo a PF, na ocasião, os investigadores estavam ajustando o teor e a forma de divulgar a carta. Cavaliere pergunta a Cid: "(O) 01 sabe disso?". E o ajudante de ordens responde: "Sabem...". Posteriormente, ao ser interrogado pelos policiais federais, Cavaliere confirmou que o termo 01 era uma referência a Bolsonaro. E que, ao perguntar se o mesmo tinha conhecimento "disso", estava se referindo à carta.

"O declarante (Cavaliere) disse que queria saber se JAIR BOLSONARO tinha conhecimento da Carta aberta", concluem os investigadores no relatório já encaminhando à Procuradoria-Geral da República (PGR), órgão ao qual cabe oferecer denúncia contra os indicados; pedir o arquivamento do

inquérito ou o aprofundamento da investigação.

Paralelamente, após realizar uma sindicância interna que identificou "indícios de crime militar", o Exército indiciou, no início deste mês, três militares apontados como os principais autores da carta: o coronel Anderson Lima de Moura, da ativa, e os coronéis Carlos Giovanni Delevati Pasini e José Otávio Machado Rezo, ambos da reserva. Os dois primeiros estão entre os 37 indiciados pela PF esta semana.

A Agência Brasil busca contato com a defesa dos citados e está aberta para incluir seu posicionamento no texto. Na segunda-feira passada, em coletiva de imprensa, Bolsonaro declarou que "nunca discuti golpe com ninguém". Segundo o ex-presidente, todas as medidas tomadas durante seu governo foram feitas "dentro das quatro linhas da Constituição".

# Agenda de Heleno revela espionagem da Abin contra petistas e urnas eletrônicas

PEPITA ORTEGA, FAUSTO MACEDO, MARCELO GODOY E RAYSSA MOTTA/AE

A Polícia Federal apreendeu uma agenda na casa do general Augusto Heleno que revelaria o uso da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) para a espionagem de petistas e planejava a disseminação de notícias falsas sobre as urnas eletrônicas. Entre os petistas vigiados pela ABIN estava o ex-deputado Vicente Cândido.

Na mesma página, Heleno anotou os nomes do advogado José Eduardo Cardozo, ex-ministro da Justiça do governo de Dilma Rousseff, e do então deputado federal Alexandre Padilha, atual ministro das Relações Institucionais. O documento foi apreendido pelos policiais durante a Operação Tempus Veritatis, em fevereiro.

Chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) durante o governo Bolsonaro, Heleno tinha sob seu comando a Abin. Ele também monitorava ações da Polícia Federal que pudessem atingir o governo, segundo o relatório do inquérito do golpe. O ex-ministro foi um dos 37 indiciados no inquérito pela PF sob as acusações de tentativa de abolição do estado democrático de direito, golpe de estado e organização criminosa.

Os federais escreveram no relatório que as anotações evidenciaram "as ações articula-

das entre o então ministro do GSI, Augusto Heleno e a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN no interesse do grupo criminoso". O manuscrito de Heleno dizia: "Vicente Cândido (ex-deputado PT). É o novo Vaccari. ABIN está de olho nele". Além disso, descreve, nas palavras do investigado que a "PF preparando uma sacanagem grande", possivelmente se referindo à Polícia Federal", afirmam os investigadores.

A alusão a João Vaccari Neto, ex-tesoureiro do PT preso durante a Operação Lava Jato, indica que Heleno e a Abin queriam provas para incriminar os petistas e colocaram o aparelho do estado à serviço dos interesses pessoais do grupo de Bolsonaro. De acordo com a PF, outros documentos foram apreendidos na residência de Heleno.

## URNAS ELETRÔNICAS

Eles descreveriam supostas inconsistências e vulnerabilidades nas urnas eletrônicas, servindo de subsídio para a propagação de informações falsas sobre o sistema de votação, linha de atuação do grupo investigado". O primeiro desses documentos foi intitulado "Relatório de Análise de Urna Eletrônica (2016)".

Segundo a PF, ele trazia quatro argumentos que questionariam a impossibilidade de "auditar de forma satisfatória" o processo de votação e contabili-

zação dos votos, afirmando que as chaves de criptografia não seriam bem protegidas, o que possibilitaria a terceiros extrair chaves do sistema de arquivos, quebrar os códigos e obter as chaves privadas dentro do sistema de arquivos

Em outro momento, ao analisar a agenda do general, os federais também acharam anotações que evidenciariam "o objetivo da organização criminosa em disseminar ataques ao sistema eletrônico de votação". Em uma delas, havia um registro de uma "reunião de diretrizes estratégicas" e a necessidade de "estabelecer um discurso sobre urnas eletrônicas e votações". E concluía: "É válido continuar a criticar a urna eletrônica".

Heleno fez outras anotações sobre supostas fraudes no sistema eletrônico de votação e transmissão de dados dos votos. São utilizadas as seguintes frases: "FRAUDES PRÉ PROGRAMADAS", "MECANISMO USADO PARA FRAUDAR", "ESCRITÓRIO VENDE ALGORÍTMOS", "TSE - 1 alimenta" e "9 MILHÕES DE VOTOS ELEITORES". Os federais então concluem: "Diante do exposto, os elementos probatórios demonstram, portanto, que a estratégia foi realizada pela organização criminosa, para propiciar a subversão ao Estado Democrático de Direito."

A tentativa de provar liga-

ções criminosas de petistas foi a mesma linha exposta na reunião de 5 de julho de 2023, na qual o então ministro da Justiça, Anderson Torres, fez, segundo a PF, "imputações graves, relacionando a facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) ao Partido dos Trabalhadores (PT), afirmando que muita coisa estaria vindo à tona, inclusive com depoimentos. De forma enfática diz: "Isso não é mentira. Isso não é mentira".

Por fim, o então Ministro da Justiça afirma que atuaria de forma mais incisiva, por meio da Polícia Federal. Na mesma reunião, Heleno disse: "Conversei ontem o Victor (Carneiro), novo diretor da Abin. Nós vamos montar um esquema para acompanhar o que os dois lados estão fazendo. O problema do disso é se vazar qualquer coisa aí... muita gente se conhece nesse meio. E, se houver qualquer acusação e infiltração desses elementos da Abin em qualquer dos lados..."

Heleno acabou interrompido por Bolsonaro antes que terminasse sua fala. O presidente pediu que o assunto fosse tratado em conversa privada. As falas de Torres e Heleno reforçariam a suspeita de que o governo usou a estrutura do Estado para espionar ilegalmente e acusar seus adversários a fim de obter vantagens na campanha eleitoral de 2022.

# Barroso diz que Primeira Turma do STF deve julgar tentativa de golpe

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, disse ontem que a eventual denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ex-presidente Jair Bolsonaro e 36 acusados pela tentativa de golpe deve ser julgada pela Primeira Turma da Corte, colegiado formado por cinco dos 11 ministros do tribunal.

Ao ser perguntado se um processo com 37 réus não deveria ser julgado pelo plenário, Barroso disse que a competência legal para tratar do caso é da Primeira Turma.

"O juízo natural dessas matérias é a Primeira Turma. O excepcional seria ir para o plenário. Se o relator (Alexandre de Moraes) e a Primeira Turma entenderem que é o plenário, vai para o plenário. A competência é deles, e não é uma matéria esteja na alçada da presidência", afirmou.

Pelo regimento interno do STF, cabe às duas turmas do tribunal julgar ações penais. Como o relator do caso, ministro Alexandre de Moraes, faz parte da Primeira Turma, a eventual denúncia será julgada pelo colegiado.

Além do relator, compõem a turma os ministros Flávio Dino, Cristiano Zanin, Cármen Lúcia e Luiz Fux.

Se a maioria de três minis-

tros aceitar a eventual denúncia, Bolsonaro e os outros acusados viram réus e passam a responder a uma ação penal no STF. No plenário, a maioria seria formada por seis votos.

A Segunda Turma é composta pelos ministros Gilmar Mendes, Dias Toffoli, Edson Fachin, além de André Mendonça e Nunes Marques, ambos indicados ao STF pelo ex-presidente Bolsonaro.

Por ser presidente da Corte, Barroso não faz parte das turmas. O plenário é composto pelos integrantes das duas turmas, além de Barroso.

## INDICIAMENTO

Ontem (26), Alexandre de Moraes retirou o sigilo o inquérito no qual Bolsonaro e demais acusados foram indiciados pela tentativa de golpe e enviou o processo para a PGR.

Com o envio do relatório da Polícia Federal (PF), o procurador-geral da República, Paulo Gonet, vai decidir se o ex-presidente e os demais acusados serão denunciados ao Supremo pelos crimes imputados pelos investigadores.

Devido ao período de recesso de fim de ano no Supremo, a eventual denúncia deve ser enviada ao STF somente em 2025. O recesso começa no dia 20 de dezembro e vai até 1º de fevereiro do ano que vem.

# Ramagem sugeriu a Bolsonaro tirar autonomia de delegados

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

A Polícia Federal afirma no relatório final da investigação sobre a tentativa de golpe de Estado que o deputado federal e ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Alexandre Ramagem (PL-RJ), sugeriu ao então presidente Jair Bolsonaro (PL) retirar autonomia de delegados da corporação que atuavam em investigações que tramitavam no Supremo Tribunal Federal (STF).

A proposta de Ramagem, delegado federal de carreira, era que esses inquiridos passassem a ser comandados pelo diretor-geral da Polícia Federal, cargo de indicação do Presidente da República. A sugestão consta de um documento encontrado com Ramagem. O arquivo foi criado em março de 2020 e editado pela última vez em março de 2023.

O período coincide com os inquiridos das fake news e das milícias digitais, que miram Bolsonaro e diversos aliados. "O encaminhamento repassado por RAMAGEM é de que todas as investigações fiquem sob o controle do Diretor-Geral do órgão, de forma que se tenha maior influência e poder sobre as apurações", diz a Polícia Federal no relatório.

Ele foi indiciado pela PF, assim como Bolsonaro e outras 35 pessoas, pelos crimes de tentativa de golpe de Estado, tentativa de abolição violenta do Estado Democrático e associação criminosa.

A Polícia Federal afirma que Ramagem assessorou Bolsonaro com estratégias de ataques às instituições democráticas, ao sistema eleitoral brasileiro e ao Judiciário. Após o indiciamento vir à público, o deputado federal escreveu nas redes sociais que trata-se de "narrativa para condenação" e reclamou de vazamentos do inquérito à imprensa em um momento que o relatório ainda era sigiloso.

"A perseguição penal de hoje se tornou perseguição política. Invenção de crime para destruir um seguimento político. E ainda clamam ser em nome

da democracia", disse Ramagem na rede social X no dia 22 de outubro. "Narrativas e invenção de crimes. Criminalizam quem age dentro da lei. Já abusos se tornaram parte do sistema", acrescentou ele na terça-feira, 26, quando o sigilo do documento já havia sido levantado.

O argumento de Ramagem era de que a regra na Polícia Federal deveria ser similar ao que ocorre Ministério Público Federal, onde cabe ao procurador-geral da República, chefe do órgão, atuar nos processos perante ao STF e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) ou designar subprocuradores-gerais para cumprir essa função. "Irão espernear, mas o argumento é válido", escreveu o hoje deputado federal. "Não sei se é o momento ou qual seria este momento, porque despertará reclamações na imprensa e nos setores militantes da PF", continuou ele.

No documento, Ramagem também se queixa de que ministros do STF escolhem quais delegados são responsáveis por determinado inquérito e reclama que a direção e a Corregedoria da Polícia Federal, além do Ministério da Justiça, não contestaram decisões do STF que ele considerava "manifestamente ilegais e inconsistentes".

"A PF nunca questionou a indicação de delegados por ministros do STF para investigações, da instauração arbitrária dos inquiridos e de como as diligências estão sendo executadas", escreveu Ramagem no documento, de acordo com o relatório.

Bolsonaro chegou a nomear Ramagem como diretor-geral da Polícia Federal em abril de 2020 sob o argumento de que queria ter um nome de sua confiança no comando da corporação. A nomeação resultou no pedido de demissão do então ministro da Justiça, Sergio Moro, que não aceitou a interferência. O ministro do STF, Alexandre de Moraes, suspendeu a nomeação, o que posteriormente levou Bolsonaro a desistir de empregar Ramagem no comando da PF.

# Militar temia assinar carta pró-golpe por risco de investigação no Supremo

HEITOR MAZZOCO/AE

O relatório final do inquérito das Operações Tempus Veritatis e Contragolpe, da Polícia Federal (PF), mostra um militar do Exército com medo de assinar uma carta pró-Golpe de Estado. Isso porque Ronald Ferreira de Araújo Júnior não queria ser investigado pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF). "Vamos ser presos por ele", diz em uma mensagem logo depois de encaminhar uma figurinha de Moraes pelo WhatsApp.

De acordo com a PF, Araújo Júnior, que é tenente-coronel, "apesar de atuar na propagação e obtenção de assinaturas, de-

monstra receio em ele próprio assinar o documento pelo fato de ser tenente-coronel e ainda expor seu comandante, amigo pessoal", citou a PF no relatório. Araújo Júnior é apontado como um dos militares responsáveis por conseguir assinatura de militares pró-golpe.

No dia 26 de novembro de 2022, há exatos dois anos, Araújo Júnior revela explicitamente medo de ser investigado por Moraes. "O problema é o cabeça de p..... pegar essa p.... e meter no inquérito das fake news, né cara (sic). Ai a gente tá fu..... O inquérito do fim do mundo, essas p.... lá dos atos antidemocráticos (sic). Sei lá quantos inquiridos ilegais esse filho da p... tem, né. Então esse é o perigo", afir-

mou o também tenente-coronel Sérgio Cavaliere.

Araújo Júnior disse ainda que se a investigação fosse tocada por militares, não teria receio. "Será que a Justiça Militar, os generais, vão f.... a gente? Eu acho que não", disse em outro trecho da mensagem de áudio transcrita pela PF.

O militar Araújo Júnior afirmou ainda que no dia 25 de novembro, um dia antes da troca de mensagens, uma live ocorreu entre servidores do Exército sobre a tentativa de golpe de Estado. Segundo ele, um militar afirmou no encontro virtual que os coronéis deveriam assinar o documento golpista.

"É o cara que vai ter menos prejuízo, mano. O cara já está no

último posto da carreira, coronel, acabou. Entendeu? Ele mesmo disse que achava que tenente-coronel e major não deveriam assinar, mas aí vai ter pouca adesão", disse.

Cavaliere demonstra concordar com Araújo Júnior e diz necessitar de mais informações sobre o movimento. Ele cita realizar chamada de vídeo com Mauro Cid, então ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL). "A gente que vai entrar de bucha de canhão e ficar mais três anos aí sofrendo a perseguição que vai vir de um lado ou de outro (...)" e a pior situação é não dar em nada. Se sair o Bolsonaro e entrar o molusco (Lula) aí pronto. A gente vai ser perseguido", respondeu.



## Jogos

## Rio e Niterói apresentam candidatura para sediar Pan-Americano de 2031

As cidades do Rio de Janeiro e de Niterói apresentaram ontem uma candidatura conjunta para sediar os Jogos Pan-Americanos de 2031. O projeto foi entregue pelos prefeitos carioca Eduardo Paes e niteroiense Rodrigo Neves para a Panam Sports, responsável pela realização dos Jogos. A decisão será tomada em 2025, em assembleia geral da entidade.

"A nossa candidatura não é uma aventura. Estamos falando da união de duas das mais importantes cidades do Brasil para realizar o Pan-Americano. Temos plena confiança no sucesso e vamos demonstrar a nossa capacidade conjunta em realizar grandes eventos, como já fizemos com o Pan 2007, a Copa 2014, além dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016", disse Eduardo Paes.

Rio e Niterói informaram que também apresentarão oficialmente a carta de candidatura para o Comitê Olímpico do Brasil (COB) na próxima semana.

"Tivemos uma reunião muito produtiva com dirigentes do Comitê Olímpico Brasileiro e da Panam Sports (Organização Desportiva Pan-americana). Na próxima semana, vamos formalizar a carta de intenção. Será muito bom para o Brasil, para o esporte e o desenvolvimento de nossas cidades e do Estado do Rio", disse Neves.

Ao receber a carta, o COB ficará responsável por formular o procedimento de escolha do representante brasileiro na disputa. Cada país pode apresentar apenas uma candidatura. A cidade de São Paulo também oficializou a intenção de organizar o evento continental em 2031. O COB terá de fazer a escolha entre as duas candidaturas até 31 de janeiro de 2025.

## TRANSPETRO

## Dois empregados morrem em acidente em terminal em Angra

DENISE LUNA/AE

Um acidente em um terminal da Transpetro, em Angra dos Reis, Rio de Janeiro, fez duas vítimas na manhã de ontem. Outro trabalhador, que também estava no local, sofreu uma fratura em uma das pernas e uma luxação na clavícula, informou a empresa que é o braço de transportes da Petrobras.

Os dois trabalhadores, da Olicampo, prestavam serviço de manutenção na estação de tratamento de efluentes do terminal quando a plataforma desmoronou. "Os trabalhadores foram atendidos imediatamente pelas equipes médicas, mas infelizmente não resistiram", disse a Transpetro em nota. Já a terceira vítima estaria com estado de saúde estável.

De acordo com a Federação Única dos Petroleiros (Fup), outros dois empregados também ficaram feridos. A entidade informou que com esse acidente, cinco pessoas perderam

a vida no Sistema Petrobras em menos de dois meses.

"Em menos de dois meses, houve cinco mortes de trabalhadores na Petrobras. É urgente que a empresa apure as causas desses acidentes. Não é possível a pessoa sair de casa para trabalhar e não voltar", disse também em nota o coordenador-geral da Fup, Deyvid Bacelar.

A Federação recebeu a notícia minutos antes de iniciada uma reunião com a Petrobras sobre o Programa de Reconhecimento do Desempenho. "A reunião foi suspensa e a Fup cobrou a efetividade do Grupo de Trabalho emergencial sobre Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), acordado em reunião com a diretora da estatal, Clarice Coppetti, no dia 15 de outubro", destacou.

A Transpetro afirmou que está prestando todo apoio aos familiares das vítimas e que vai abrir uma comissão para apurar as causas do acidente.

## FISCALIZAÇÃO

## Cláudio Castro entrega drones para a Operação Lei Seca

A Operação Lei Seca passará a contar com reforço de drones, que serão usados para flagrar motoristas que tentam escapar da fiscalização. A entrega dos nove equipamentos foi feita, na manhã de ontem, pelo governador Cláudio Castro, durante cerimônia no Palácio Guanabara. Os aparelhos, que começarão a ser usados diariamente nas ações a partir de dezembro, também irão identificar veículos com registros de roubo e de furto. Só em 2024, a Lei Seca abordou 250.384 mil motoristas em 3.117 operações de fiscalização no Estado do Rio de Janeiro.

"Estamos investindo em tecnologia para auxiliar o trabalho dos agentes para impedir, por exemplo, que uma pessoa dirija sob efeito de álcool troque de lugar com outra ao avistar a Operação Lei Seca, e volte à direção do veículo em seguida. O trabalho da

Lei Seca é salvar vidas. Um carro na mão de um motorista que consumiu álcool é uma arma", ressaltou o governador Cláudio Castro.

Ao identificar veículos trafegando de ré, na contramão, tentando subir em canteiros ou simulando panes, equipes de motos e veículos de apoio serão acionadas para a abordagem e condução dos motoristas à fiscalização.

"O uso dos drones garantirá mais eficácia às operações. Agentes da Lei Seca receberão as imagens capturadas pelos drones em tempo real e agirão para coibir irregularidades. O drone garante celeridade à tomada de decisão. Por exemplo, equipes consultarão as placas dos veículos e, ao identificarem registros de furto e roubo, o carro será parado no posto de fiscalização", explicou o secretário de Governo, André Moura.

## GUERRA NO ORIENTE

# Hamas celebra cessar-fogo no Líbano e quer acordo em Gaza

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

O grupo palestino Hamas celebrou ontem o acordo para um cessar-fogo no Líbano entre Israel e o grupo Hezbollah e se colocou à disposição de cooperar para chegar a um fim da guerra na Faixa de Gaza.

"Estamos interessados em parar a agressão contra nosso povo, dentro dos parâmetros de parar a agressão em Gaza que concordamos; ou seja, um cessar-fogo, a retirada das forças de ocupação, o retorno dos deslocados e a obtenção de um acordo real e completo de troca de prisioneiros", informou o grupo que atua em Gaza.

O Hamas considera que o acordo do Hezbollah com Israel, "sem cumprir as condições que o inimigo estabeleceu, é um marco importante para destruir as ilusões de Netanyahu de mudar o mapa do Oriente Médio". Inicialmente, Israel pretendia destruir completamente as capacidades militares do Hezbollah.

O grupo armado palestino também saudou a atuação do grupo libanês. "Elogiamos o papel fundamental desempenhado pela Resistência Islâmica no Líbano, em apoio à Faixa de Gaza e à resistência palestina, e os grandes sacrifícios feitos pelo Hezbollah e sua liderança, liderados pelo falecido secretário-geral Sayyed Hassan Nasrallah, e apreciamos a firmeza do povo libanês irmão e sua solidariedade constante com o povo palestino", afirmou o Hamas.

O conflito no Líbano começou após o dia 7 de outubro de 2023, quando o Hamas atacou Israel em resposta à ocupação dos territórios palestinos e ao cerco à Faixa de Gaza. O ataque do Hamas causou a morte de 1,2 mil pessoas e a captura de mais de 200 reféns. Desde então, o Hezbollah tem realizado ataques a bases militares no norte de Israel em solidariedade aos palestinos de Gaza diante da ofensiva israelense.

Em setembro deste ano, Israel iniciou um ataque massivo

contra o Líbano, destruindo diversas regiões do sul do país e de Beirute, a capital. Estima-se que quase 4 mil libaneses morreram desde o início do atual conflito.

O governo de Tel Aviv alega que o objetivo da ofensiva no Líbano era permitir que os moradores do norte do país voltassem às suas casas, uma vez que os ataques do Hezbollah levaram ao deslocamento de milhares de israelenses.

## NETANYAHU

Ao anunciar o acordo no Líbano, o primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu, afirmou que o Hamas não irá se beneficiar desse acordo e que o cessar-fogo no norte de Israel permitirá ampliar a pressão contra o grupo palestino em Gaza.

"Quando o Hezbollah estiver fora do jogo, o Hamas será deixado sozinho (em Gaza). A nossa pressão vai intensificar e isso contribuirá para a missão sagrada de libertar os nossos reféns", afirmou, na terça-feira, o primeiro-ministro israelense.

Ao mesmo tempo, o presidente dos Estados Unidos (EUA), Joe Biden, informou que irá trabalhar para um cessar-fogo em Gaza sem o Hamas no poder. "Nos próximos dias, os Estados Unidos farão outra pressão com a Turquia, o Egito, Catar, Israel e outros para alcançar um cessar-fogo em Gaza, com a libertação dos reféns e o fim da guerra sem o Hamas no poder", afirmou em rede social.

## O ACORDO

Intermediado pela França e os EUA, o acordo entre Israel e o Hezbollah prevê um cessar-fogo no Líbano por dois meses e estebece a retirada do Exército de Israel do país. Por outro lado, o movimento xiita libanês se comprometeu a ir para o norte do Rio Litani, uma fronteira estabelecida no final da última guerra entre Israel e o Hezbollah, em 2006.

Assim, os dois países deixam uma faixa de terra que será patrulhada pelo Exército libanês e pela força das Nações Unidas no Líbano (Unifil).

## Irã apoia cessar-fogo entre Israel e Hezbollah no Líbano

O Irã apoiou o cessar-fogo entre Israel e o Hezbollah do Líbano, o principal parceiro militante de Teerã no Oriente Médio.

O porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Irã, Es-

mail Baghaei, elogiou o cessar-fogo em uma declaração na manhã de ontem.

Baghaei disse que o Irã ainda busca um cessar-fogo na guerra Israel-Hamas, na Faixa de Gaza, mas abandonou a de-

manda de que ocorresse simultaneamente ao cessar-fogo no Líbano.

O Ministério das Relações Exteriores do Irã também pediu que o Tribunal Penal Internacional (TPI) julgue os "crimino-

sos do regime de ocupação", referindo-se a Israel.

O TPI emitiu mandados de prisão para o primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e o ex-ministro da defesa de Israel, Yoav Gallant.

## GASTOS COM DEFESA

## Von der Leyen pede mais armas para Europa 'enfrentar' a Rússia

LAÍS ADRIANA/AE

Os gastos com defesa da União Europeia (UE) precisam aumentar para "preparar o bloco para o que vem adiante", afirmou ontem, a presidente da Comissão Europeia, Ursula Von der Leyen. "Não temos tempo a perder. Devemos ser tão ambiciosos como as ameaças são sérias", disse a autoridade, em referência a uma guerra entre a Rússia

e a Ucrânia.

Von der Leyen destacou que a Rússia está gastando até 9% do seu Produto Interno Bruto (PIB) com defesa, enquanto a Europa gasta em média 1,9% do PIB. "Há algo errado nessa equação, precisamos aumentar nossos investimentos", afirmou, acrescentando que outras medidas também são necessárias.

Entre elas, von der Leyen citou o fortalecimento da base in-

dustrial de defesa, a criação de um "mercado único" de defesa e o aprimoramento da mobilidade militar do bloco.

A autoridade europeia ressaltou que alcançar esses objetivos deve exigir "quantidades massivas de investimentos em segurança e prosperidade", principalmente do setor privado.

"Nossa liberdade e soberania dependem mais do que nunca

de nossa força econômica. Nossa segurança depende de nossa capacidade de competir, inovar e produzir", afirmou von der Leyen.

As declarações fizeram parte de um discurso realizado nesta manhã, após o segundo mandato de von der Leyen e sua nova equipe da Comissão receberem aprovação do Parlamento Europeu, com 370 votos a favor, 282 contra e 36 abstenções.

## EUA

## Trump confirma indicação de enviado especial para guerra Ucrânia-Rússia

MATHEUS ANDRADE/AE

O presidente eleito dos Estados Unidos, Donald Trump, anunciou ontem, que nomeará o general Keith Kellogg para servir como assistente do presiden-

te e enviado especial para a Ucrânia e a Rússia.

Em publicação na rede social Truth Social, o republicano escreveu que o nomeado liderou uma distinta carreira militar e empresarial, inclusive servindo

em funções altamente sensíveis de Segurança Nacional em sua primeira administração. Trump disse que juntos, eles garantirão a "paz através da força", e tornarão o "mundo e a América seguros novamente".

Kellogg foi chefe de gabinete do Conselho de Segurança Nacional da Casa Branca durante o mandato de Trump de 2017-2021 e conselheiro de segurança nacional do então vice-presidente Mike Pence.

## MAR BÁLTICO

## Navio é suspeito de arrastar âncora para cortar cabos

Um navio comercial da China nomeado Yi Peng 3 e que carregava fertilizantes da Rússia está sendo investigado por sabotagem após arrastar sua âncora pelo leito marinho do Mar Báltico por mais de 160 quilômetros.

A ação fez com que dois cabos submarinos de dados fossem cortados em águas suecas na semana passada. A situação ameaça testar os limites do direito marítimo e aumentar as tensões entre Pequim e capitais da Europa.

A investigação se concentra em saber se o capitão do navio que partiu de um porto na Rússia foi induzido pela inteligência do próprio país a realizar toda a situação. Se confirmado, esse seria o mais recente ataque rus-

so, de uma série, à infraestrutura da Europa.

Um alto investigador europeu envolvido no caso disse que é "extremamente improvável" que o capitão não tenha notado que o navio tenha se soltado e arrastado a âncora.

O proprietário chinês do navio, Ningbo Yipeng Shipping, está cooperando com a investigação e permitiu que o navio fosse parado em águas internacionais. No entanto, a empresa se recusou a comentar sobre o caso.